



O repórter e o jornalista cordial¹ Sobre posturas e (im)posturas no jornalismo

Adriana SANTANA²
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO – Tomando a apuração jornalística como ponto-chave de análise, este artigo tem como propósito a delimitação e descrição do espaço que a investigação, a pesquisa, o apuro com a informação, ocupam no *modus operandi* jornalístico contemporâneo. De modo a visualizar o papel que o processo de investigação atua no ‘produto final’ do fazer jornalístico, optou-se pela elaboração uma matriz de critérios que dimensionem a presença de elementos de apuração jornalística em textos noticiosos. Essa proposta analítica é aplicada na avaliação de matérias efetivamente publicadas. Nesse processo, lançou-se mão de excertos bibliográficos que discorrem acerca da reportagem como método.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo investigativo, apuração jornalística, jornalismo de fontes

“Colecionar histórias de horror sobre os delitos jornalísticos é fácil, mas avançar na direção de uma cura racional para os problemas da profissão é muito mais difícil” (Philip Meyer. **A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989).

Uso da objetividade ou utilização declarada de elementos subjetivos. Imparcialidade ou toques claramente parciais ao longo da matéria. Riqueza vocabular ou economia de palavras. Estilo rebuscado ou simplicidade textual. Foco descritivo ou o malquisto ‘nariz-de-cera’, o dar voltas ao redor do próprio umbigo antes de verter a informação. Mensagem telegráfica ou espaço editorial generoso.

Os binômios antagônicos aqui descritos certamente continuam e continuarão a povoar discussões acadêmico-profissionais acerca da qualidade (ou da falta dela) na produção jornalística, e nada mais legítimo do que travá-las. No entanto, podem parecer inócuas quando confrontadas com uma constatação a qual será a força-motriz deste artigo: a ausência do expediente – basilar, faz-se necessário ressaltar e insistir - de apuração no

¹ Trabalho apresentado no NP Jornalismo do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com bolsa de pesquisa Capes. e-mail: adriana.santana@superig.com.br



fazer jornalístico. Kunczik (2001) vaticina que a reportagem há muito pereceu, e os melhores repórteres já não podem mais exercê-la por ocupar postos de comando nas redações.

A capacidade de investigar está para o estereótipo da *persona* jornalística assim como a habilidade fluida e consistente de escrever está para o imaginário coletivo que se cultiva do escritor. Contudo, a linha fronteira entre o profissional que se imagina e o que efetivamente atua costuma ser bastante demarcada. Fatores como falta de tempo, acúmulo de funções (reportagem, redação e edição, por exemplo), insatisfação profissional e exigência patronal, que poderiam ser apontadas como possíveis causas para a não apuração, não serão a preocupação central deste texto. Os constrangimentos organizacionais e as rotinas (BREED, 1993; TRAQUINA, 2004; TUCHMAN, 1978) nas redações, apesar de extremamente relevantes na compreensão das idiosincrasias que envolvem a atividade, não serão alvo de análise deste artigo, em específico.

A linha condutora do estudo que se desenha, o objetivo central, é a delimitação e descrição do espaço que a investigação, a pesquisa, o apuro com a informação, ocupam no *modus operandi* jornalístico contemporâneo.

Decerto não é de todo recente a discussão em torno da paulatina exterminação das grandes reportagens, da investigação exaustiva, na imprensa *mainstream* (WOLFE, 2005; KUNCZIK, 2001; PEREIRA JÚNIOR, 2006). Em seus ensaios acerca do ‘new journalism’, Wolf trazia luz ao fato de que a apuração jornalística era artigo raro nos periódicos norte-americanos da década de 60, especialmente no que se referia ao modo de atuação e captação de informações utilizado pelos colunistas:

Breslin (Jimmy, então jornalista do *Herald Tribune*, comentário meu) fez uma descoberta revolucionária. Descobriu que era possível um colunista efetivamente sair do prédio, ir para a rua e fazer uma reportagem com suas próprias e legítimas pernas.(...) Por mais óbvio que pareça, esse sistema era algo inusitado entre colunistas de jornal, locais ou nacionais (WOLFE, 2005, p.23/24).

Com espaços cada vez mais reduzidos nos meios tradicionais, os trabalhos de reportagem encontram um novo ‘nicho’ no mercado editorial. Recorrendo ao texto de apresentação do primeiro volume d’ “O livro das grandes reportagens” (MORAES



NETO, 2006), das Organizações Globo, a reportagem não morreu, “apenas pode ter mudado de endereço: o livro terminou se tornando um espaço nobre para ela”.

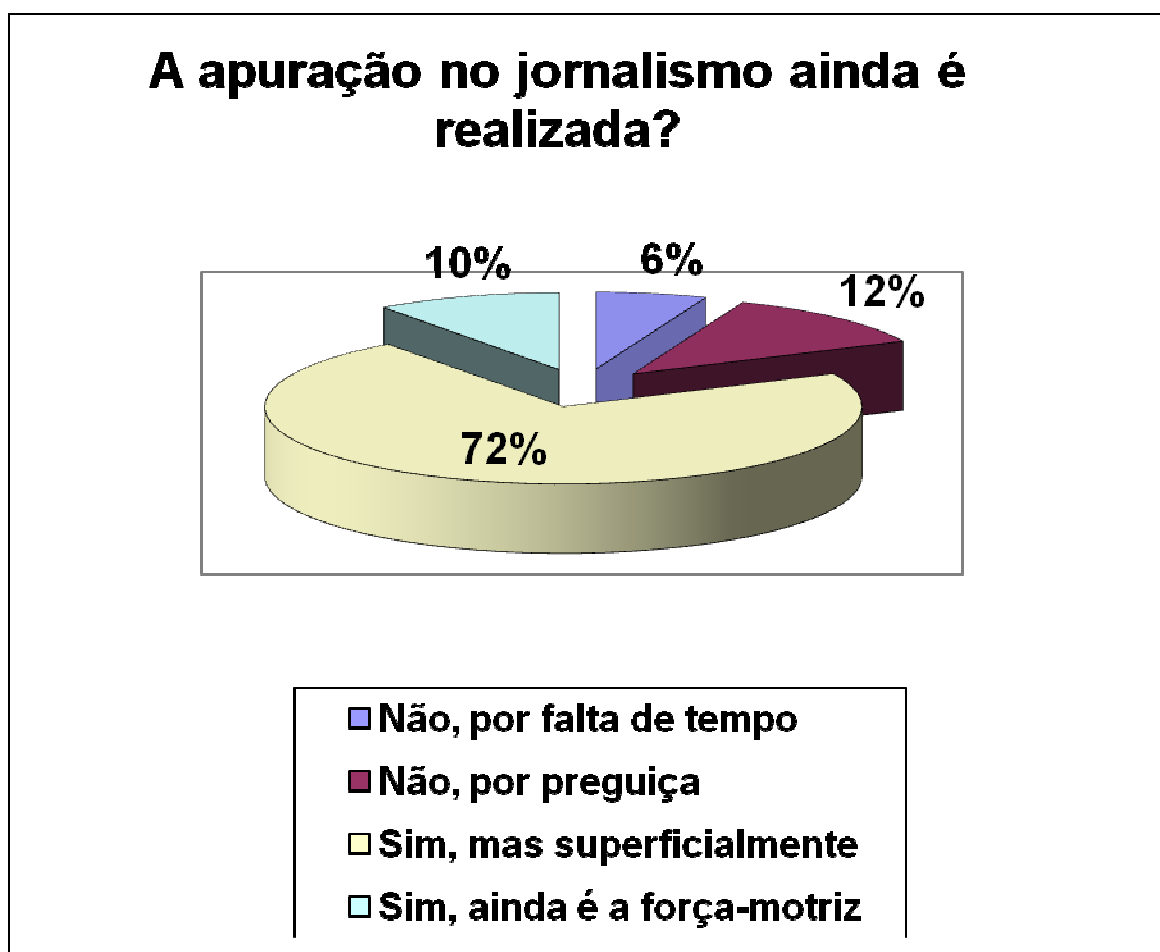
Esta pesquisa parte do pressuposto que é justamente na ausência de reportagem, ou no raquitismo das técnicas de apuração empregadas, que reside o comportamento mais destacado dentro do que nomearemos de ‘jornalismo cordial’. Tomando de empréstimo a categorização do ‘homem cordial’ de Buarque de Holanda (1995[1936]), o ‘jornalista cordial’ (SANTANA, 2005), por sua vez, pode ser descrito como a figura profissional, dentro do jornalismo, pouco ou quase nada afeita a toda a gama de atividades que envolvem o reportar. O jornalista que não passa pela ‘garimpagem’ realizada pelo repórter, na acepção mais tradicional do termo. Uma *persona* que não cogita ultrapassar o limite imaginário entre a ação e a estagnação, o comportamento a que Wolfe se refere como “relutância em tirar o caderninho e atravessar a linha da gentileza, entrando pelas portas marcadas Entrada Proibida” (2005, p.73).

Dessa forma, relegando a busca pela matéria-prima do jornalismo, a informação, a planos secundários, as matérias jornalísticas ‘cordiais’ acabam sendo realizadas preenchendo ao menos uma das características a seguir (mas, em geral, são mesmo formadas por um conjunto delas): imprecisão, pobreza de dados, informações desconstruídas, visão unilateral/monofonia, poucas e inconsistentes fontes, mesmas fontes/fontes ‘viciadas’, dependência exclusiva de dados compilados por assessorias de imprensa. Fontcuberta ressalta o quanto os jornais têm acostumado o público ao “consumo indiscriminado e quase cotidiano de informações filtradas que não se apresentam como tais, e sim como simples componentes do fluxo informativo normal” (tradução livre, 1998, p).

O objetivo que se pretende alcançar com este artigo é, em primeira instância, delimitar alguns critérios que sirvam como parâmetro, a ser utilizado em análises de textos jornalísticos, da presença de elementos de investigação na produção noticiosa. Num segundo momento, colocar à prova essa proposta analítica com base em textos efetivamente publicados.

Em enquete realizada em dezembro de 2007, com 50 pessoas (na quase totalidade, público formado por jornalistas brasileiros), no blog³ criado para discussão da pesquisa em questão, perguntou-se aos participantes se, na opinião deles, a apuração jornalística ainda era realizada, e o porquê. As opções de resposta eram quatro: Não, os repórteres não têm tempo; Não, por preguiça dos repórteres; Sim, mas de maneira insuficiente; Sim, a apuração ainda é a força-motriz do jornalismo. A partir desse questionamento, chegou-se ao seguinte resultado parcial:

Gráfico 1: Enquete acerca da apuração no jornalismo



Com 72% das respostas, a opção ‘Sim, mas de maneira superficial’ foi a mais votada. Assim, ao menos em relação a essa pequena amostra dentro do universo jornalístico, percebe-se que a questão da insuficiente apuração no jornalismo é tema que merece ser posto em análise e discussão.

³ O sítio <http://jornalismocordial.blogspot.com>, iniciado em 19 de dezembro de 2007, com o objetivo de socializar as reflexões e servir de subsídio ao andamento da pesquisa de doutorado *Jornalismo sem conflito: a 'cordialidade e a acomodação na atividade jornalística*, desenvolvida pela autora deste artigo no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do Prof. Dr. Alfredo Vizeu.



Sem adentrar no terreno há muito debatido acerca do pleonasma do conceito de jornalismo investigativo, é importante destacar que não se entende, por essa linha de pensamento, a investigação apenas como estratégia investida em reportagens ‘de fôlego’, extensas, e que demandem esforços extraordinários para a sua confecção. O investigar, assim, é definido como o processo indissociável da feitura de qualquer matéria de que trate o jornalismo, das pequenas notas às séries de reportagem. Em suma, a investigação como o ato de buscar, de pesquisar, de apurar informações. Quer seja para divulgar o aniversário da cidadela do interior ou revelar os bastidores de um escândalo político de dimensões mundiais.

Nesse ponto, a caracterização aqui utilizada difere em partes da proposta por Protes et al (1991), através da qual o jornalismo investigativo compreende uma “forma de contar histórias que prova as fronteiras da consciência civil americana” (tradução livre, p. 5), que “ajuda a definir a moralidade pública” – o que os autores classificam como ‘journalism of outrage’ (jornalismo de ultraje). Para esta pesquisa, o investigar no jornalismo é semelhante ao *muckracking*, independente do vulto da pauta a ser dissecada.

De modo a visualizar o papel que o processo de investigação ocupa no ‘produto final’ de uma matéria, optou-se por elaborar uma matriz de critérios que auxiliem a dimensionar a presença de elementos de apuração jornalística numa reportagem. Para que fosse possível a visualização dessas características materializadas numa produção textual, evitou-se ao máximo o uso de critérios essencialmente subjetivos – o que, no entanto, não foi plenamente alcançado, uma vez que identificar ‘insights’ do repórter (item 9) apenas com a análise do texto passa bem ao largo de algo mensurável e objetivo. Os 11 itens que perfazem a matriz são descritos como:

1) Consulta a mais de uma fonte, de instâncias diferentes do fato
Nada mais do que o ‘feijão com arroz’ do jornalismo, aquilo que se capta antes mesmo de se naturalizar o processo de apuração. O clássico ouvir a todos ou, ao menos, a maior quantidade possível de ‘lados’ a respeito de uma questão. Saliente-se que esse critério não se refere, necessariamente, a uma grande quantidade de fontes a serem ouvidas, e sim à pluralidade desses agentes.



2) Além das informações não-oficiais

Não se restringir à consulta e utilização de dados repassados por organizações credenciadas a falar sobre determinadas instituições. Entram aqui as assessorias de imprensa, os assessores jurídicos, os porta-vozes oficiais, entre outros. Para escapar dos tons monocórdicos e unilaterais. Não é um se negar aos dados oficiais, e sim uma negativa à possibilidade de o repórter se transformar em refém voluntário de informações filtradas.

3) Utilização de declarações realizadas via entrevista do próprio veículo

As ‘aspas’ ou *quotes*, largamente utilizadas nos *releases*, têm a função clara de repassar uma visão bem específica e demarcada do tema. Podem auxiliar o repórter em *deadlines* a vencer, mas a substituição da entrevista genuína pela ‘encomendada’, fabricada, no mínimo poderá desperdiçar uma das formas mais eficazes de se amealhar informações.

4) Pauta própria

Uma vez gerada fora das redações - em órgãos públicos, empresas privadas, associações de classe etc - é maior a probabilidade de a pauta e mesmo o desenvolvimento dela ter uma angulação definida pela fonte. Além disso, o uso do release como fonte primária, e por vezes única, de informação, reduz sobremaneira a probabilidade de se alcançar outros vieses – igualmente relevantes – ao respeito do tema a ser reportado.

5) Contextualização dos acontecimentos/fatos

Desprezar o contexto no qual o fato está inserido pode levar, em primeira instância, a dificuldades de compreensão do acontecimento. Contextualizar é como colocar o máximo possível de peças no quebra-cabeça noticioso, contribuindo para que o fato faça parte de uma história, e não visto de forma isolada do mundo que o cerca. A contribuição de se expor o contexto que envolve um fato continua a ter importância nas suítes noticiosas, as quais, não é raro, não inserem o leitor/público/audiência às explicações necessárias ao entendimento da seqüência dos acontecimentos.

6) Cruzamento de dados, confrontamento de pontos de vistas

O simples uso de pontos de vista diversos de fontes numa matéria não garante, por si só, uma genuína disponibilização de ângulos diferentes de um mesmo fato. Esse expediente tem maiores garantias de funcionar a contento quando essas visões não são apenas



‘jogadas’ ao leitor, mas concatenadas com informações que reforçam, complementam e explicitam melhor esses pontos de vista. Da mesma forma, o contraponto de um depoimento a outro pode ser feito de modo mais eficiente se o repórter conseguir mostrar – e demonstrar - como os argumentos podem se mostrar falaciosos ou fortes quando apresentados lado a lado aos fatos correspondentes.

7) Informações além das básicas (Beyond the 5W)/Riqueza de dados

Pecar pelo excesso, em se tratando de um processo de apuração de informações, poderá trazer mais garantias de um resultado final completo do que o reverso da moeda. A falta de elementos como dados, depoimentos, documentos, além de dificultar a montagem da reportagem em si, também significa apresentar um produto final ‘fofo’, sem amarrações e que, ainda por cima, tornará a matéria desinteressante. Por vezes, não são todos os elementos apurados os utilizados para a confecção da reportagem, mas o fato de possuí-los contribui para que se tenha maior segurança durante o período de finalização e pode significar menor probabilidade de imprecisões. “A disciplina de verificação tem, por princípio, o desafio de criar antídotos à incerteza de base que caracteriza o jornalismo”, conforme assevera Pereira Júnior (2006, p.76).

8) Elementos de descrição/narração pormenorizados

O novo jornalismo já tratou de proclamar a primazia de uma observação cuidadosa e posterior narração igualmente rica como condição *sine qua non* para a realização de reportagens. Este artigo não se propõe, no entanto, a defender o estilo do romance de não-ficção como a tábua salvadora da atividade. Contudo, levando-se em consideração que o jornalismo é feito de histórias, e que elas precisam ser contadas, não há como fugir da busca por arregimentar o maior número de informações possível para que se possa contar, e bem, as melhores histórias. Sobre o trabalho do jornalista estadunidense Jimmy Breslin, Wolfe lembra que “parte do seu *modus operandi* era colher detalhes ‘romanesco’, os anéis, a transpiração, os socos no ombro, ele fazia isso com mais habilidade que a maioria dos romancistas (2005, p. 26).

9) ‘Insights’/fuga do tradicional

Correr por um caminho pelo qual ninguém havia se preocupado em percorrer, fugir da *via crucis* tradicional das apurações, deixar espaço a ‘sacadas’ geniais, não é, de maneira alguma, tarefas das mais fáceis a serem empreendidas em meio à tirania do



fechamento e do excesso de pautas. Mas algumas saídas existem e são factíveis de serem postas em prática. Para materializar esse pressuposto, basta imaginar a ambiência de uma entrevista coletiva. Muitos veículos poderão reportar exatamente a mesma temática, elaborada de forma bem semelhante. Vez por outra, porém, um dentre eles poderá sair-se com uma matéria a mais diversa da pauta original, fruto quer de uma observação minuciosa, de uma atenção especial aos ‘não-ditos’ do entrevistado, da preocupação em analisar o entorno (movimentação de assessores, comentários paralelos e até troca de olhares) ou, simplesmente, da decisão do repórter em não deixar o local da coletiva assim do seu término.

11) Enxergar além dos números oficiais

Informações e declarações oriundas de fontes oficiais devem funcionar como ponto de partida, não devendo se configurar como pauta e texto prontos. Dar-se ao trabalho de ‘cascavilhar’ tabelas pouco divulgadas, pesquisas sem destaque, dados meramente pincelados nos comunicados oficiais, podem não vir a resultar em nada, mas também, não raro, revelam informações preciosas e passíveis de investigação pormenorizada. Ir além do que o tratado e distribuído à imprensa pelas instituições como mais importante, antes de ser um ‘tiro no escuro’, tem a chance de revelar notícias de peso.

Uma vez descrita a matriz de critérios – em constante processo de construção – proposta para ser utilizada como ponto de partida na avaliação do ‘grau de apuração’, por assim dizer, de matérias noticiosas, passamos à análise de três textos veiculados na imprensa pernambucana. O objetivo é aplicar a matriz de modo a identificar de que modo a investigação – ou a ausência dela – atua no resultado final da reportagem.

Para esse fim, utilizou-se o método de análise do conteúdo dos textos a partir do proposto pela matriz. Foram selecionadas matérias sobre o mesmo tema – divulgação da redução de taxas de homicídio em Pernambuco – veiculadas nos três maiores jornais do Estado, no dia 05 de janeiro de 2007. Todas tomaram por base a entrevista coletiva convocada pelo governo estadual, por intermédio da assessoria de imprensa da Secretaria de Defesa Social.

Apuração na berlinda

As três matérias analisadas, naturalmente, salientaram em seus títulos a redução da taxa



de homicídios, cada uma a sua maneira. A característica mais emblemática a ser destacada foi a escolha, por cada um dos veículos, por taxas diferentes umas das outras – em se tratando de uma notícia gerada pela mesma entrevista coletiva, esse dado é, no mínimo, digno de registro.

No texto “Homicídios têm queda modesta”, da *Folha de Pernambuco*, edição de 05 de janeiro de 2007, veiculada na editoria Grande Recife, observou-se a preocupação em não se deter apenas às declarações oficiais, expediente não seguido pelos concorrentes.

Seguindo a matriz de critérios, anotou-se a presença de seis dos dez itens propostos, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Folha de PE sob matriz de critérios de apuração

Uso de fontes diversas	Informação não-oficiais	Declarações primárias	Pauta própria	Contextualização	Cruzamento de dados	Informações além das básicas	Descrição	Insights	Além dos nos oficiais
<i>Relativo. 3 depoimentos (sendo 2 do governo e 1 acadêmico)</i>	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim

A reportagem se utilizou de depoimentos de três fontes, as quais, no entanto, representavam apenas dois pontos de vista - uma vez em que o repórter entrevistou duas pessoas diretamente ligadas ao Governo, caracterizando apenas um posicionamento, e um cientista político, professor de universidade, que se configura como um contraponto ao discurso oficial. Percebeu-se que a entrevista com o acadêmico funcionou como o lado ‘não oficial’ da apuração.

Como se tratava de uma entrevista coletiva, naturalmente não se enquadrava à categoria de pauta própria, mas os depoimentos foram colhidos diretamente na fonte, sem o uso de ‘aspas’ prontas. Já em relação à contextualização, o texto é pouco rico em elementos que situem o leitor em relação à situação da segurança pública em Pernambuco, assim como não há o uso efetivo de descrição e pormenorização dos dados, bem como nenhum *insight* ou fuga ao formato tradicional aparente.

Em relação aos aspectos mais detalhados da análise, destacaram-se cinco pontos que merecem atenção. No excerto a seguir, por exemplo:

O ano de 2007 apresentou redução de 53 crimes violentos letais intencionais em Pernambuco, em comparação com a quantidade registrada em 2006. Os valores absolutos (de 4638 para 4585) representam queda de 1,14% nos incidentes que envolvem homicídio doloso (com intenção), lesão corporal seguida de morte, latrocínio, autos de resistência com desfecho fatal e óbitos por causas violentas de policiais em serviço. (BOURBON, 2007)

Acerca das expressões destacadas, levando-se em consideração a função didática do jornalismo (VIZEU, 2007), seria necessária a explicação sobre o significado de ambas. Não fica explícita a distinção entre valores absolutos e relativos, e se isso representa alguma diferença na leitura dos dados. Também não se esclareceu o significado de 'autos de resistência com desfecho fatal', o que, numa leitura mais acurada, poderia ser entendido como situações em que pessoas são perseguidas pela força policial e, em seguida, mortas. A despreocupação em esclarecer o significado de alguns jargões e expressões, por vezes, comprova um dos itens do “código oculto dos jornalistas” descrito por Meyer (1989), que é o de os jornais serem escritos para outros jornalistas e não necessariamente para os leitores em geral.

No primeiro parágrafo, 9ª linha, a matéria explica a nomenclatura Pacto pela Vida, relatando-a como o Plano de Segurança Pública do Estado, o que funciona como uma breve contextualização do acontecimento. Na matéria vinculada, intitulada “Queda não pode ser comemorada”, buscou-se ouvir um especialista não ligado ao governo, e sim a uma Universidade, cujo depoimento trouxe alguns contrapontos relevantes aos números oficiais. Sobre o trecho “Os dados sobre os bônus pagos pelas apreensões de armas de fogo, apresentado na reunião de ontem, também reforçou o ceticismo do coordenador do NIC. ‘Quantas armas eles apreenderam?’, questionou”, observa-se que a pergunta ficou em aberto tanto para a fonte quanto para quem lê. O repórter, dessa forma, poderia ter informado aos leitores a quantidade de armas apreendidas, ou ao menos buscado essa informação, uma vez em que a fonte lança a questão.

O *Jornal do Commercio*, na editoria de Cidades, optou por trazer como título “Redução da taxa de homicídios fica em 2%”, diferindo, portanto, da manchete tanto da Folha quanto do Diário de Pernambuco. O percentual se refere à taxa de redução de



homicídios e não aos números absolutos, da mesma maneira como divulgado pela Secretaria de Defesa Social.

O jornal, ao contrário do concorrente, explica as diferenças entre os dois tipos de cálculo. A respeito da matriz de critérios, houve a presença de sete dos dez itens propostos. A matéria se utiliza apenas de uma fonte de informação, com depoimento unicamente do secretário de defesa social (apesar de se utilizar de informações extras à entrevista). Não se buscou ouvir representantes de outras organizações ligadas ao tema. Apesar do uso de somente uma fonte, o repórter foi mais feliz no tocante à contextualização dos acontecimentos (mesmo que breve, a menção a taxas anteriores dá uma visão mais completa a respeito da violência no Estado) e do cruzamento de dados.

Tabela 2 – Jornal do Comercio sob matriz de critérios de apuração

Uso de fontes diversas	Informação não-oficiais	Declarações primárias	Pauta própria	Contextualização	Cruzamento de dados	Informações além das básicas	Descrição	Insights	Além dos oficiais
<i>Não. Apenas uma fonte (secretário de defesa)</i>	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

O *insight* do jornalista foi, ao se utilizar de uma previsão estatística, buscar comprovar que a meta de redução de homicídios, apregoada pelo Governo Estadual, dificilmente poderá ser alcançada. No terceiro e quarto parágrafos, o texto é bastante didático no sentido de explicar como funcionam as estatísticas de homicídios:

Ao fazer o comparativo das mortes intencionais violentas de 2006 e 2007, o secretário tomou dois cuidados: analisou as taxas de homicídios e não os números absolutos e se concentrou nos dados referentes ao intervalo entre maio e dezembro (vigência do Pacto pela Vida). Com os dados de seqüestros e assassinatos de mulheres foram utilizados os número absolutos. v

Utilizando a taxa de homicídios, que considera a razão entre o número absoluto de assassinatos de um local em um ano e os grupos de 100 mil habitantes existentes nesse local, a redução da violência em Pernambuco foi de 2,2%. Já se forem considerados apenas os números absolutos (4.638 homicídios em 2006 versus 4.585 homicídios em 2007), a queda na violência é de apenas 1,1%. (Jornal do Comercio, 2007)



É nos últimos parágrafos que a matéria calcula o que é preciso, matematicamente, para que o Governo alcance a meta de 20% de redução da taxa. A disposição de informações indica que, estatisticamente, é improvável que o índice prometido seja alcançado, o que poderia ser configurado como um exemplo de fuga às informações oficiais ou melhor, uma interpretação e análise delas:

Numa projeção, isso quer dizer que, mês a mês, comparando-se os números de homicídios entre janeiro e abril de 2007, com o mesmo período de 2008, será necessário que ocorram menos 91 execuções mensais para que os 12% sejam alcançados. Vale ressaltar que a maior redução anotada em um mês ocorreu em novembro passado, quando foram registrados 69 mortes a menos do que em novembro de 2006. (Jornal do Commercio, 2007)

Quanto à matéria “Homicídios diminuem 5,1%”, do Diário de Pernambuco, na editoria de Vida Urbana, foram identificados apenas dois dos dez itens da matriz de critérios – a saber, entrevista própria e alguns elementos para contextualizar o tema. A reportagem composta por três parágrafos, pouco menor do que as anteriores, utilizou-se apenas das declarações e números oficiais.

Tabela 3 – Diário de Pernambuco sob matriz de critérios de apuração

Uso de fontes diversas	Informação não-oficiais	Declarações primárias	Pauta própria	Contextualização	Cruzamento de dados	Informações além das básicas	Descrição	Insights	Além dos nos oficiais
<i>Não. Apenas uma fonte (secretário de defesa)</i>	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

No segundo parágrafo, ensaiou-se explicar o porquê da pouca probabilidade em se alcançar a meta de redução de mortes, mas o texto acabou truncado, sem esclarecer os motivos. No trecho sublinhado, não fica claro se é necessário que exista uma redução de 90 mortes por mês ou se é preciso chegar a ‘apenas’ 90 mortes por mês para que a meta seja alcançada.

Ontem, o secretário Servilho Paiva voltou a afirmar que pretende atingir a meta de reduzir os homicídios em 12% até maio deste ano, o que corresponde, na prática, a pelo menos 90 mortes por mês. Esse número está longe de ser alcançado, pois em um ano apenas 53 homicídios foram contabilizados a menos. (Diário de Pernambuco, 2007)



O elemento de contextualização utilizado é a frase, logo no início da matéria, “O ano passado foi o período em que o governo do estado apostou todas as fichas na redução do número de homicídios quando lançou, em maio, o Pacto pela Vida”, o que, apesar de breve, situa ao leitor a respeito do que seja o plano de segurança do governo estadual. A matéria não explica, contudo, os pormenores sobre como se calculou o índice de 5,2% de redução de homicídios.

Não são mencionadas, a exemplo das matérias dos outros veículos, as diferentes estatísticas passíveis de serem utilizadas. E como cada veículo escolheu números distintos - por razões diversas cujas causas não são objetivamente possíveis de serem apreendidas -, pode-se ter a impressão que os jornais falam de três notícias diferentes. Qualitativamente, ao menos no tocante à matriz de elementos de apuração, observa-se que o texto do *Diário de Pernambuco* é o que menos se enquadra nos critérios propostos para mensurar os níveis de apuração jornalística.

Algumas conclusões

A análise das três matérias sobre a redução dos índices de homicídio em Pernambuco, além de identificar, já nos títulos, três diferentes leituras de um mesmo fato (em teoria, todas condizentes com as estatísticas governamentais), proporcionou uma primeira tentativa de se entender e demonstrar quais e se alguns critérios de apuração são utilizados. Ainda, de que modo o uso ou, por outro lado, o descarte de alguns desses elementos, podem contribuir em relação à qualidade informativa (ou falta de) do texto jornalístico.

Puderam-se observar lacunas no processo de apuração nos três exemplos, bem como as pequenas – e, por vezes, importantes – diferenças advindas da aposta em alguns dos critérios de investigação propostos. Mesmo levando em consideração a falibilidade de um instrumento como uma matriz ou manual, e o caráter subjetivo que envolve a aplicação dessa análise, pôde-se constatar que ela traz condições que auxiliam na identificação das conseqüências de determinados processos de apuração num produto noticioso.

Sob os critérios da matriz de apuração, visualiza-se, nos textos analisados anteriormente, que quanto mais se fez uso dos elementos de investigação, mais



informação relevante foi encontrada na matéria. Consequentemente, cresce a probabilidade de textos mais ricos e esclarecedores. Decerto, não há qualquer garantia de a razão ‘mais informação = mais qualidade = veracidade’ ser correta, mas também não se podem ignorar os benefícios que uma investigação acurada traz a reboque.

O fato de duas das matérias em questão (*Jornal do Commercio* e *Diario de Pernambuco*) só utilizarem depoimentos de uma única fonte, justamente a principal envolvida no tema, é um impeditivo para que se tenha acesso a posturas diferentes acerca da questão. No primeiro caso, o repórter traz outros dados que não aqueles repassados pela fonte de informação, o que acaba criando um mínimo de contraponto. Já em relação à matéria do *Diario de Pernambuco*, as referências destacadas pela reportagem são apenas de uma única fonte, de uma única angulação, o que compromete o princípio ideal da pluralidade de vozes no jornalismo.

Aquilo a que Cornu (1998) se refere como “negligências na verificação da informação” poderia ser estendido, através da análise às matérias, a uma negligência na busca por dados complementares, por outras angulações que não as oficiais, por elementos de contraponto à mensagem originada na coletiva de imprensa. Com intuito não só de cumprir o preceito de se ouvir todos os lados de uma mesma história, mas principalmente para oferecer ao leitor mais subsídios para que se tenha uma compreensão mais completa sobre o tema.

A questão salta aos olhos quando, por exemplo, a matéria da *Folha de Pernambuco* não esclarece a distinção entre números absolutos e números relativos, o texto do *Jornal do Commercio* se limita à declaração de apenas uma fonte, e a reportagem do *Diario de Pernambuco* ‘obedece’ ao roteiro da entrevista coletiva. Ainda, a respeito dos três veículos, nenhum deles foi claro na explicitação do porquê ter optado por determinada estatística em detrimento da outra.

Ao se enumerar ‘desvios’ de apuração em matérias jornalísticas em veículos e gêneros informativos os mais diversos, abre-se um caminho em que duas rotas são possíveis: a primeira, a crítica pura e simples (uma mera “coleção de horrores”, na descrição de Meyer). A segunda, a discussão e proposição de alternativas à ‘cordialização’ no jornalismo.



Esta pesquisa pretende percorrer uma via em que haja a primazia dessa segunda opção: a crítica aliada à busca por um jornalismo possível, a discussão em pé de igualdade à procura por um caminho de escape à burocratização da atividade noticiosa. Que se encontrem, ao longo da jornada, razões para rebater o vaticínio de Kunczik (2001), citado no início do texto, para quem a reportagem já morreu de fato.

Referências bibliográficas

BREED, Warren. **Controlo Social na Redacção. Uma Análise Funcional**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja, 1993.

BUARQUE de HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995 [1936].

KUNCZIK, Michael. **Manual de Comunicação**. Conceitos de Jornalismo:Norte e Sul. São Paulo: Edusp, 2001.

CORNU, Daniel. **Ética da Informação**. Bauru – SP:Edusp, 1998.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia. Pistas para pircibir el mundo**. Barcelona: Paidós, 1998.

MEYER, Philip. **A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989

MORAES NETO, Geneton (org). **O livro das Grandes Reportagens – vol 1**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa Pereira. **A Apuração da Notícia: Métodos de Investigação na Imprensa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PROTESS, David L [et al]. **The Journalism of Outrage: investigative reporting in America**. New York: The Guilford Press, 1991.

SANTANA, Adriana. **CTRL+C CTRL+V: o release nos jornais pernambucanos**. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2005 (mimeo).

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004

TUCHMAN, Gaye. **Making News: A Study in the Construction of Reality** New York: The Free Press, 1978

VIZEU, Alfredo. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica**. Artigo apresentado no 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju – 15 a 17 de novembro de 2007.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.